



Galvani

FOSNOR

**Fosfatados do
Norte-Nordeste S.A.**

Demonstrações Financeiras em
31 de Dezembro de 2025

SUMÁRIO

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração do fluxo de caixa – método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Administradores da
FOSNOR - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da FOSNOR - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FOSNOR - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2026


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Renato Foganholi Asam
Contador
CRC nº 1 SP 264889/O-0

FOSNOR - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A.
Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5 a)	281.948	310.970
Aplicações financeiras de curto prazo	5 b)	4.280	8.987
Contas a receber de clientes	6	45.707	65.892
Estoques	7	571.674	312.354
Tributos a recuperar	8	17.816	7.688
IRPJ e CSLL a Recuperar	8	10.524	32.551
Outros ativos	9	11.680	8.539
Total do ativo circulante		943.629	746.981
Não circulante			
Contas a receber de clientes	6	9.710	9.710
Aplicações financeiras de longo prazo	5 b)	-	17.864
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	21.616	19.887
Tributos a recuperar	8	77.837	53.138
Outros ativos	9	2.897	2.480
Intangível	10	315.580	128.428
Imobilizado	11	1.190.221	836.022
Total do ativo não circulante		1.617.861	1.067.529
Total do ativo		2.561.490	1.814.510

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FOSNOR - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A.
Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Passivo	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Fornecedores	12	104.126	51.671
FINIMP	13	204.751	47.314
Empréstimos e financiamentos	14	43.767	104.609
Arrendamento mercantil	16	37.240	35.498
Salários e benefícios		28.457	22.884
Encargos sociais e tributários a pagar		9.603	5.989
Dividendos a pagar	21	16.257	9.525
Adiantamentos de clientes e faturamentos antecipados	17	87.203	102.936
Outros passivos		3.607	3.184
Total do passivo circulante		535.011	383.610
Não circulante			
Arrendamento mercantil	16	8.298	7.518
Empréstimos e financiamentos	14	717.606	210.000
Provisões para contingências	18	3.615	2.731
Provisão para desmobilização de ativos	19	43.131	38.068
Total do passivo não circulante		772.650	258.317
Total do passivo		1.307.661	641.927
Patrimônio líquido			
Capital social	21	790.021	790.021
Reservas de incentivos fiscais	22	256.582	215.127
Reserva legal	21	28.710	25.287
Reserva de retenção de lucros		178.516	142.148
Total do patrimônio líquido		1.253.829	1.172.583
Total do passivo e patrimônio líquido		2.561.490	1.814.510

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FOSNOR - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto pelo lucro por ação)

	Nota explicativa	2025	2024
Receita líquida de venda	23	1.370.985	1.151.893
Custo dos produtos vendidos	24	(1.171.529)	(985.616)
Lucro bruto		199.456	166.277
Despesas com vendas	24	(9.264)	(7.615)
Despesas administrativas	24	(52.828)	(44.497)
Outras despesas e receitas, líquidas	25	(20.506)	(71.861)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		116.858	42.304
Despesas financeiras	26	(47.370)	(32.490)
Receitas financeiras	26	60.899	62.270
Variações cambiais	26	(3.259)	(518)
Lucro antes de imposto de renda e contribuição social		127.128	71.566
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	27	(18.953)	(5.865)
Diferido	27	1.729	2.181
		(17.224)	(3.684)
Lucro líquido do exercício		109.904	67.882

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FOSNOR - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	109.904	67.882
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	109.904	67.882

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FOSNOR - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos
em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva para retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		790.021	187.349	23.282	121.769	-	1.122.421
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	67.882	67.882
Reserva de incentivos fiscais – IRPJ	22	-	11.188	-	-	(11.189)	-
Reserva de incentivos fiscais – ICMS	22	-	16.589	-	-	(16.589)	-
Constituição de reserva legal	21	-	-	2.005	-	(2.005)	-
Distribuição de dividendos	21	-	-	-	(9.525)	-	(9.525)
Distribuição de dividendos extraordinária		-	-	-	(8.195)	-	(8.195)
Constituição de reserva para retenção de lucros		-	-	-	38.099	(38.099)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		790.021	215.127	25.287	142.148	-	1.172.583
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	109.904	109.904
Reserva de incentivos fiscais – IRPJ	22	-	26.662	-	-	(26.662)	-
Reserva de incentivos fiscais – ICMS	22	-	14.793	-	-	(14.793)	-
Constituição de reserva legal	21	-	-	3.423	-	(3.423)	-
Distribuição de dividendos	21	-	-	-	(16.257)	-	(16.257)
Distribuição de dividendos extraordinária	21 d)	-	-	-	(12.401)	-	(12.401)
Constituição de reserva para retenção de lucros		-	-	-	65.026	(65.026)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		790.021	256.582	28.710	178.516	-	1.253.829

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FOSNOR - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A.
Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	NE	2025	2024
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		127.128	71.566
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais			
Depreciação e amortização	10 e 11	95.349	87.712
Resultado venda imobilizado	25	-	65.232
Reversão/(provisão) para perdas de estoques	7	952	-
(Ganho) perda na alienação ou baixa do imobilizado e intangível	25	46	(4.545)
(Reversão)/provisão para participação nos lucros e resultados	24 e 25	2.115	7.003
Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e ambientais	18	903	413
Juros e variações monetárias sobre contingências e depósitos judiciais		(64)	68
Variação cambial clientes e fornecedores		319	935
Ajuste a valor presente de clientes	6	(591)	1.289
Juros de arrendamento mercantil	16	7.001	5.178
Juros sobre provisão para desmobilização de ativos	26	3.034	4.161
Perda (ganho) com instrumentos financeiros derivativos	15	-	(1.470)
Juros, variações monetárias, variações cambiais dos empréstimos	14	42.705	23.939
Variação nos ativos e passivos operacionais			
(Aumento)/redução de contas a receber de clientes		18.449	(43.840)
(Aumento)/redução dos estoques		(260.272)	(72.304)
(Aumento) /redução dos tributos a recuperar		(31.752)	(36.777)
Aumento/(redução) de outros ativos e outros passivos		(1.060)	(1.337)
Aumento/(redução) de tributos a pagar		51.434	20.363
Aumento/(redução) de fornecedores		97.924	23.265

	NE	2025	2024
Aumento de salários e encargos sociais		3.458	2.161
(Redução) / Aumento de adiantamentos de clientes e faturamentos antecipados		(15.733)	(16.264)
Juros pagos sobre empréstimos	14	(36.528)	(18.633)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(47.820)	(28.133)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		56.997	89.982
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado (i)		(444.746)	(287.269)
Aquisição de intangível (i)		(191.956)	(30.418)
(Depósitos em)/resgate em aplicações financeiras	5b)	22.571	(4.570)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(614.131)	(322.257)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	14	625.918	345.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos	14	(185.332)	(258.506)
Contratação de operações de FINIMP		204.751	47.314
Pagamento operação de FINIMP		(47.314)	(4.446)
Dividendos pagos		(21.927)	-
Pagamentos parcelas arrendamentos – CPC 06	16	(47.984)	(35.281)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento		528.112	94.081
Redução em caixa e equivalentes de caixa		(29.022)	(138.194)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		310.970	449.164
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		281.948	310.970
Redução em caixa e equivalentes de caixa		(29.022)	(138.194)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

Informações gerais e cenário operacional de 2025

A FOSNOR, Fosfatados do Norte-Nordeste S.A. (entende-se também por “Companhia” ou “Galvani”), é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Doutora Ruth Cardoso, 4777, 11º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia é controlada por 1 (uma) *holding* familiar e 5 (cinco) acionistas pessoas físicas (anteriormente era controlada por 11 [onze] acionistas pessoas físicas) e tem como objeto social e atividade preponderante a extração, industrialização, armazenagem e o comércio de produtos à base de fosfato, além da produção de ácido sulfúrico.

Atualmente, a FOSNOR opera três unidades que compõem seu complexo industrial e logístico:

- A unidade de mineração em Angico dos Dias–BA, responsável pela extração e beneficiamento da rocha fosfática utilizada no processo produtivo.
- A unidade de Luís Eduardo Magalhães–BA, que concentra atividades de industrialização, armazenagem, mistura, ensaque e comercialização de fertilizantes.
- A unidade de mineração em Irecê–BA, onde será retomada a produção de rocha fosfática a partir de 2026.

Contexto operacional das demonstrações financeiras - 2025

O exercício de 2025 foi marcado pela continuidade do ciclo de investimentos da Galvani e pela consolidação de sua estrutura operacional e financeira em um ambiente de mercado mais desafiador. Ao longo do período, a Companhia concentrou esforços na preservação da eficiência operacional, na gestão disciplinada de custos e na execução dos projetos estratégicos que sustentam sua trajetória de crescimento nos médio e longo prazos.

A estratégia de verticalização permaneceu como um dos principais pilares do modelo de negócios, integrando mineração, produção industrial e comercialização. Essa configuração contribuiu para maior resiliência operacional diante da volatilidade dos preços internacionais de fertilizantes e da elevação dos custos de insumos, em especial o enxofre.

O volume total de fertilizantes entregues atingiu 726 mil toneladas (706 mil toneladas em 2024), representando crescimento de 2,8% na comparação anual, impulsionado, principalmente, pela ampliação da participação de produtos diferenciados no *mix* comercial. As entregas de ácido sulfúrico totalizaram 29 mil toneladas, uma redução em relação ao exercício anterior, refletindo a priorização do consumo interno do insumo na produção de fertilizantes.

A estrutura industrial da Companhia operou com elevados níveis de eficiência ao longo do exercício. O Complexo Industrial de Luís Eduardo Magalhães (CILEM) manteve estabilidade operacional, com produção de 531 mil toneladas de fertilizantes fosfatados acidulados, em patamar próximo ao registrado no ano anterior. A Unidade de Mineração de Angico dos Dias (UMA) registrou produção de 247 mil toneladas de concentrado fosfático, crescimento de 9,4% em relação a 2024 (227 mil toneladas), superando o planejamento anual, apoiada por ganhos de produtividade, melhorias nos processos de beneficiamento e maior confiabilidade dos ativos.

Cenário do mercado de fertilizantes em 2025

O mercado global de fertilizantes em 2025 foi impactado por conflitos geopolíticos, restrições à oferta internacional de fertilizantes fosfatados de alta concentração e elevação relevante dos custos de insumos, criando um ambiente de maior pressão sobre margens ao longo da cadeia. No Brasil, as entregas totais de fertilizantes cresceram 6,8%, totalizando aproximadamente 48,8 milhões de toneladas, ainda que com deterioração da relação de troca para o produtor rural e maior participação de produtos de menor concentração de nutrientes.

Na região do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), principal área de atuação da Companhia, o crescimento das entregas foi mais moderado, refletindo ajustes no *mix* de produtos utilizados pelos agricultores. Nesse contexto, a Galvani manteve posição relevante em seus principais mercados de atuação, com ganho de participação relativa, mesmo em um cenário de retração do consumo total de fósforo (P_2O_5), refletindo a consistência do seu modelo operacional e comercial.

Estrutura de capital e empréstimos FINEP

Em 2025, a Companhia intensificou sua estratégia de captação de recursos com os objetivos de aprimorar a estrutura de capital, reduzir o custo de endividamento e viabilizar os projetos de expansão e modernização em andamento.

Nesse contexto, foram contratados R\$291,7 milhões em financiamentos junto à FINEP e ao BNB, com condições de taxas e prazos compatíveis com o planejamento estratégico de longo prazo. Desse total, R\$171,7 milhões foram destinados à ampliação da capacidade produtiva da unidade CILEM, enquanto R\$120,0 milhões foram alocados na nova etapa do projeto da unidade de mineração em Irecê-BA, com foco na extração e no beneficiamento de fosfato por meio de tecnologia de calcinação mineral.

Além disso, a Companhia assegurou R\$154,9 milhões em financiamentos de longo prazo junto a instituições financeiras para complementar a necessidade de financiamento.

Essas captações contribuíram para a redução da dependência de financiamentos de curto prazo, mitigaram os efeitos da volatilidade do mercado financeiro sobre a estrutura de capital e favoreceram a redução do custo médio ponderado de capital. Como resultado, a Companhia reforçou sua solidez financeira e assegurou recursos para a continuidade de seu plano de crescimento sustentável.

2 Resumo das principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Essas práticas compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, enquanto os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas são emitidas pelo CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram aprovadas pelos acionistas da Companhia e autorizadas para emissão em 23 de março de 2026.

2.2 Base de elaboração e políticas contábeis materiais

As demonstrações financeiras foram elaboradas em real (R\$), moeda funcional da Companhia, com base no custo histórico, exceto por certos instrumentos financeiros mensurados ao seu valor justo no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis, na sequência deste documento.

O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Estão sendo apresentadas somente as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, que correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de alta liquidez.

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial, que se aproximam de seus valores justos.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Contas a receber de clientes e títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é, inicialmente, mensurado ao valor justo, acrescido ou deduzido, para um item não mensurado ao Valor Justo Realizável (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, exceto se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. Neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como o VJR, isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que, de outra maneira, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA (Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes), como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que, de outra forma, surgiria.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto; durante um determinado período, pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais, de forma que ele não atenderia a essa condição.

Portanto, ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa.
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis.
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo.

- Os termos que limitam o acesso da Companhia aos fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados no desempenho de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Ativos financeiros a custo amortizado
São mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.	São subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, caso seja classificado como mantido para negociação, quando for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e ao resultado líquido, incluindo os juros, sendo reconhecidos no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros bem como os ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado do exercício, conforme o regime de competência. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes do desreconhecimento de instrumentos financeiros também são reconhecidos no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram;
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação.

Acerca desses direitos contratuais, observa-se que:

- substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos;

- a Companhia não transfere e não mantém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada, quando os termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso um novo passivo financeiro, baseado nos termos modificados, seja reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados, e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tiver um direito legalmente executável de compensar os valores, tiver a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo, simultaneamente.

2.6 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes, incluindo recebíveis de arrendamentos e ativos de contrato, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente, desde o reconhecimento inicial, e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e em informações prospectivas.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso, e considera um ativo financeiro como inadimplente ou com problemas de recuperação quando houver:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- probabilidade de que o devedor entre em falência ou passe por outro tipo de reorganização financeira;
- desaparecimento de mercado ativo para o título, devido a dificuldades financeiras;
- pouca probabilidade de o devedor pagar integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações, como a realização da garantia (se houver alguma);
- ativo financeiro vencido há mais de 180 dias.

O período máximo, considerado na estimativa de perda de crédito esperada, é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas e ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito, sendo mensuradas ao valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia, conforme o contrato, e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tiver expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Com relação aos clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro estiver vencido há 180 dias, com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Quanto aos clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação.

A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado, no entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia, para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas que são, na maioria, independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação.

O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao valor presente, usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são, inicialmente, alocadas para redução de qualquer ágio alocado a essa UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) na proporção.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.7 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição ou produção (absorção).

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

2.8 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas, por redução ao valor recuperável, acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente, com base na vida útil estimada dos ativos.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A Companhia incorre em custos relacionados com a avaliação e exploração de minas de fosfato. Gastos pré-operacionais para adquirir tais minerais, para perfurar e equipar as minas, são capitalizados como gastos de exploração e registrados em ativos intangíveis até que o projeto atinja a fase de desenvolvimento.

Se as reservas forem provadas, as despesas com a avaliação e exploração que tenham sido capitalizadas são transferidas de exploração e avaliação de recursos minerais (ativos intangíveis) para imobilizado em andamento (ativo imobilizado), quando o projeto iniciar a fase de desenvolvimento.

A exaustão dos ativos minerários é apurada com base na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas minerais provadas e prováveis. Desta forma, está demonstrado abaixo a média de vida útil dos itens amortizáveis nas demonstrações financeiras da Companhia:

Grupo	Média vida útil	
	Meses	Anos
Grupo de ativo intangível		
012 Licença de uso <i>Software</i>	60	5
033 Direitos Minerários	360	30

2.9 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados ao valor de custo de aquisição ou formação, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando aplicável.

Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos se inicia quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento).

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores tiverem sido mensurados de forma confiável. Demais gastos com reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício, caso haja indícios que levem a essa necessidade. O efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Em 31 de dezembro de 2025, não foram identificados indícios que levem à necessidade de reavaliação da vida útil ou de recuperabilidade dos ativos.

Um item do imobilizado é baixado após sua alienação ou quando não houver benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda, ou baixa de um item do imobilizado, são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é apurada com base linear, consoante a vida útil de cada bem. Desta forma, está demonstrada abaixo a média de vida útil dos itens depreciáveis nas demonstrações financeiras da Companhia:

Grupo	Média vida útil	
	Meses	Anos
Grupo de ativo imobilizado		
002 Edificações	300	25
003 Instalações	125	10
004 Máquinas, equipamentos e ferramentas	120	10
005 Veículos	62	5

Grupo	Média vida útil	
	Meses	Anos
006 Equipamentos de informática	60	5
009 Móveis e utensílios	120	10
016 Benfeitorias	300	25

2.10 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações legais ou constituídas como resultado de um evento passado, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, a provisão é mensurada com base no desconto ao valor presente dos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação.

Quando se espera que algum ou todos os dispêndios exigidos para liquidar a provisão sejam reembolsados por outra parte, o reembolso deve ser reconhecido somente quando for praticamente certo que ele será recebido se a entidade liquidar a obrigação. O reembolso deve ser tratado como um ativo separado. O montante reconhecido para o reembolso não deve ultrapassar o montante da provisão.

2.11 Tributação

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 24%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.000,00 para imposto de renda, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro, ou prejuízo tributável do exercício, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos, que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver, sendo mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

2.11.1 Impostos correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício, sendo calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“imposto diferido”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos, reconhecidos nas demonstrações financeiras e nas bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

A análise da realização do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício, sendo o saldo ajustado enquanto a realização não seja provável.

Impostos diferidos, ativos e passivos, são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais resultantes da forma pela qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

a. Subvenção e assistência governamental

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como redutoras da conta de origem, em uma base sistemática, durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas, exceto se condições para o recebimento da subvenção forem atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas.

Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível. Atualmente, a Companhia possui dois benefícios de subvenção para investimento:

- O Desenvolve-BA, o qual é de âmbito estadual, sendo registrado como redução do ICMS a pagar.
- O Lucro da Exploração, o qual é de âmbito federal (SUDENE), sendo registrado como redução do IRPJ a pagar.

Ambos são lançados como ganho no resultado e destacados no patrimônio líquido para não haver distribuição de dividendos sobre eles.

2.12 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante, em função do serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.13 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente, sendo reconhecida pela Companhia, quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto / serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de <i>performance</i> , incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Venda de produtos	Os clientes obtêm controle dos produtos quando as mercadorias são entregues e aceitas nas dependências dos clientes, ou quando retiradas pelo cliente nas sedes da Companhia. As faturas são emitidas naquele momento. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 dias ou liquidadas através de adiantamentos.	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações ou retirados nas sedes da Companhia. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorra.

2.14 Arrendamentos

Um arrendamento é definido como um contrato, ou parte de um contrato, que transmite o direito de usar um ativo (ativo subjacente) por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. Na aplicação da norma, os seguintes requisitos são avaliados:

- A existência de ativo expressamente identificado no contrato ou implicitamente especificado, com identificação no momento em que é disponibilizado para a Companhia.
- A Companhia tem o direito de obter, substancialmente, todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado ao longo do período contratual.
- A Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o prazo do contrato.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

Os arrendatários devem reconhecer, separadamente, a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Companhia, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

A Companhia deprecia os ativos de direito de uso pelo método linear, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo de direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento; dos dois, o menor.

Na data de início, a Companhia mensura o passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos, descontados com a aplicação da taxa de juros implícita no arrendamento, quando expressa no contrato.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento são compostos por pagamentos fixos. Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos.

No caso de reavaliação, modificação ou de mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir o evento ocorrido.

Quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso, ou, caso este já esteja reduzido a zero, lançado no resultado.

Desde 2023, a Companhia registrou novos contratos e, devido à alta da taxa de juros, utilizou um parâmetro atual médio de 16% para registrar o valor presente dos contratos, havendo, desta forma, uma disparidade entre as taxas anteriormente utilizadas.

A Companhia registrou todos os novos contratos e recalculou todos os valores constantes dos contratos para adequação da norma, conforme demonstrado a seguir:

Contratos e condições				2025	2024
Contrato	Prazo (meses)	Taxa valor presente	Valor contrato (*)	Valor presente	Valor presente
Locação equipamentos/ferramentas	60	6%	172	148	148
Casa Caracol-PI	120	6%	179	135	135
Fazenda Novo Triunfo Irecê-BA	120	6%	1.484	1.116	1.116
Locação de veículos	32	6%	1.800	1.645	1.645
Locação sala comercial	24	6%	432	407	407
Servidores nuvem TI 2020	18	6%	2.662	2.542	2.542
Servidores nuvem TI 2021	18	6%	2.437	2.326	2.326
Equipamentos eletrônicos TI	24	6%	433	407	407
Movimentação Luís Eduardo Magalhães-BA (i)	36	6%	8.856	8.097	8.097
Filial Campinas-SP	36	6%	396	362	362
Locação de veículos	24	6%	613	577	577
Movimentação Angico dos Dias-BA 2021 (i)	36	6%	52.500	48.004	48.004
Servidores nuvem TI 2023	60	16,77%	12.788	8.873	8.873
Sala comercial São Paulo – Novo Escritório	60	16,77%	4.018	2.622	2.622
Locação de veículos UNIDAS	17	16,77%	208	186	186

Contratos e condições				2025	2024
Locação de veículos MOVIDA	26	16,77%	1.110	936	936
Equipamentos eletrônicos de TI	32	16,77%	1.091	887	887
Locação de Impressoras	35	16,77%	567	452	452
Firewall e Licenças	24	16,77%	316	269	269
Aluguel de Galpões 1 e 2	33	16,77%	2.640	2.131	2.131
Aluguel de Galpões 3 e 4	21	16,77%	1.890	1.644	-
Aluguel de Galpões 5 a 7	36	16,77%	3.061	3.061	-
Aluguel de Carros	24	16,77%	367	314	314
Aluguel de Nuvem (Microsoft Azure)	36	16,77%	1.672	1.324	1.324
Aluguel de Equipamentos	36	16,77%	16.057	12.723	12.723
Movimentação Angico dos Dias–BA (i)	20	16,77%	44.000	38.524	-
Firewall e Licenças 2025	36	16,77%	368	276	-
			162.117	139.988	96.483
Ativo imobilizado - direito de uso				139.988	96.483
Passivo - arrendamento mercantil CP				(65.154)	(38.611)
Passivo - arrendamento mercantil LP				(74.834)	(57.872)

(*) O valor mencionado na coluna de “valor contrato” representa os arrendamentos reconhecidos em sua mensuração inicial (data do contrato) no ativo imobilizado (conforme nota 10) e que são depreciados pelo período do contrato, sendo que, ao final do contrato, esse ativo de arrendamento estará totalmente depreciado e zerado contabilmente. O mesmo valor inicial é registrado no passivo, no qual posteriormente são baixados pelos pagamentos e ajustados pelos índices financeiros.

(i) Os ativos destacados, que representam em média 67% do valor total do grupo, são locações de equipamentos, como caminhões, pás carregadeiras e demais equipamentos pesados, que são utilizados para a movimentação das atividades com movimentação de minério e fertilizantes nas unidades.

2.15 Custo dos empréstimos

Os custos dos empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

2.16 Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são, posteriormente, remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de *hedge*; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *hedge*.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros.

2.17 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é provisionado somente na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O Estatuto Social da Companhia estipula um dividendo mínimo de 25% e que o saldo remanescente possa ser distribuído, caso seja aprovado em Assembleia Geral.

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas

3.1 Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras, em vigor globalmente em 2027, com adoção antecipada permitida (CPC 51).
- Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (IFRS 19, sem CPC correspondente até o momento).

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Normas emitidas e vigentes em ou após 1º de janeiro de 2025, e não são esperados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.
- Alteração à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros — alterações do CPC 48 e CPC 40.
- Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração depende de condições naturais – alterações do CPC 48 e CPC 40.

4 Estimativas e julgamentos contábeis

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa 2, a administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, para os quais as informações não são facilmente obtidas de outras fontes.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos dessas transações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis, com efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão incluídas nas notas explicativas:

- **Nota explicativa 10** — critérios de reconhecimento do intangível.
- **Nota explicativa 11** — vida útil do ativo imobilizado.
- **Nota explicativa 15** — critérios de reconhecimento dos arrendamentos.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 17 – provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, principalmente se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, e se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada exercício, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

4.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Projeções de lucro preparadas pela administração, as quais contêm diversas premissas e julgamentos, que objetivam mensurar o potencial de geração de lucros tributáveis futuros para suportar a realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos.

O lucro tributável futuro real pode ser maior ou menor do que as estimativas efetuadas ao se determinar a necessidade de reconhecer o imposto de renda e a contribuição social.

4.2 Vida útil dos bens do imobilizado e dos intangíveis

A vida útil dos ativos pode variar devido a vários fatores, podendo essa variação também afetar o custo do teste de recuperação.

4.3 Redução ao valor recuperável (*impairment*) dos ativos

No fim de cada período, a Companhia revisa os saldos do imobilizado e do intangível, incluindo o ágio gerado em combinação de negócios, avaliando se há uma indicação de que esses ativos sofreram uma redução em seus valores recuperáveis (valor em uso).

A administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável de cada ativo, calcula o fluxo de caixa futuro individual descontado ao valor presente, ajusta o saldo dos respectivos ativos, se necessário.

4.4 Provisão para perdas de créditos esperadas

Quando há indicação de redução ao valor recuperável, a Companhia considera a estimativa de fluxos de caixa futuros.

O montante da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras que foram incorridas), descontada a taxa de juros efetiva original do ativo financeiro (ou seja, a taxa de juros efetiva computada no reconhecimento inicial).

4.5 Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e ambientais

A Companhia está envolvida em processos judiciais e administrativos, de natureza fiscal, cível, trabalhista e ambiental, conforme descrito na nota explicativa 17.

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis.

4.6 Provisão para desmobilização de ativos

A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que eles ocorrerem, conforme nota explicativa 19.

A Companhia considera as estimativas contábeis, relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina, como uma prática contábil crítica, por envolver valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxas de juros, inflação, vida útil do ativo que considera o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina.

4.7 Mensurações ao valor justo e processos de avaliação

Para estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis do mercado na extensão em que estejam disponíveis. Quando não há informações de nível 1 disponíveis, a Companhia usa valores justos cotados pelas instituições financeiras que atuam como contrapartes.

5 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

a) Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa	4	4
Recursos em bancos	10.771	3.936
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (i)	271.173	307.030
	281.948	310.970

- (i) As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, são remuneradas pelas modalidades de CDB, compromissadas, operações pré-fixadas e pós-fixadas, inflação e alternativos líquidos, geralmente remuneradas por taxas que variam de 80% a 120% da CDI ao ano.

b) Aplicações financeiras

A Companhia possui títulos com prazos mais longos, com rendimentos, em média, superiores a 10% ao ano.

	2025	2024
Debêntures e títulos com vencimento entre 6 meses e 1 ano	4.280	8.987
Debêntures e títulos com vencimento entre 1 ano e 5 anos	-	17.864

6 Contas a receber de clientes

	2025	2024
Circulante		
Contas a receber de clientes	46.683	67.459
(-) Ajuste a valor presente	(976)	(1.567)
Contas a receber de clientes, líquidas	45.707	65.892
Não circulante		
Contas a receber de clientes	9.710	9.710
	9.710	9.710

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir.

Os valores vencidos e não provisionados possuem garantias reais em valores superiores ao montante em atraso.

	2025	2024
Vencidas		
Até 30 dias	194	1.703
De 31 a 90 dias	3.775	11
De 91 a 360 dias	2.376	1
	6.345	1.715
A vencer		
Até 30 dias	16.588	24.829
De 31 a 90 dias	11.612	27.634
De 91 a 360 dias	14.566	13.281
Acima de 361 dias	7.283	9.710
	50.049	75.454
	56.394	77.169

A constituição e a baixa da provisão para créditos de liquidação duvidosa são registradas no resultado do exercício como “despesas com vendas”. Não há saldos de contas a receber cedidos em garantia a empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2025.

7 Estoques

	2025	2024
Matérias-primas	89.015	65.368
Produtos acabados	274.964	187.831
Almoxarifado de manutenção	20.564	17.675
Importações em andamento (i)	177.648	30.957
Adiantamentos para a compra de matérias-primas	9.483	10.523
	571.674	312.354

- (i) As importações em andamento compreendem as compras de matérias-primas que ainda serão desembarcadas na unidade para compor o estoque físico. O aumento expressivo nessa linha se deve ao movimento associado à estratégia de compras de matérias-primas em preparação para o crescimento projetado para os próximos exercícios.

As movimentações na provisão para perda nos estoques são as seguintes:

	2025	2024
Em 1º de janeiro	(266)	(266)
Provisão reconhecida no exercício	(953)	-
Valores revertidos no exercício	1	-
Em 31 de dezembro	(1.218)	(266)

Não há saldos de estoques cedidos em garantia a empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2025.

8 Tributos a recuperar

	2025	2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (i)	3.025	1.454
PIS e COFINS (i)	14.791	6.234
Imposto de renda e contribuição social	10.524	32.551
Total do ativo circulante	28.340	40.239
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (ii)	2.364	1.334
PIS e COFINS (ii)	75.473	51.804
Total do ativo não circulante	77.837	53.138
Total	106.177	93.378

A Companhia estima que os saldos existentes no ativo circulante em 31 de dezembro de 2025 serão realizados no curso de suas operações, no decorrer do exercício social, a findar em 31 de dezembro de 2026, sem a ocorrência de perdas.

- (i) Referem-se a créditos de ICMS, PIS e COFINS gerados nas operações normais da Companhia, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza. Foram classificados como ativos circulantes, com base na expectativa de sua realização em um período de até doze meses.
- (ii) Referem-se a créditos de ICMS, PIS e COFINS gerados na aquisição de ativo imobilizado em andamento, relacionados, principalmente, aos projetos em execução, os quais foram classificados como ativos não circulantes, com base na expectativa de sua realização em um período superior a doze meses.

9 Outros ativos

	2025	2024
Depósitos judiciais (i)	1.954	1.537
Adiantamentos a funcionários	3.660	2.709
Prêmios de seguro	4.202	2.513
Créditos fiscais AFRMM	1.752	1.752
Outros ativos	3.009	2.508
Total	14.577	11.019
Circulante	11.680	8.539
Não circulante	2.897	2.480
	14.577	11.019

- (i) Referem-se a depósitos recursais de processos judiciais para os quais nenhuma provisão foi constituída, com base na avaliação da probabilidade de ganho de cada processo.

10 Intangível

	Marcas registradas e licenças	Projetos em desenvolvimento	Direito de uso de lavra	Software	Total
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	1	188.113	73.071	3.186	264.371
Em 31 de dezembro de 2023					
Custo	1	188.113	80.768	12.800	281.682
Amortização acumulada	-	-	(7.697)	(9.614)	(17.311)
Saldo contábil, líquido	1	188.113	73.071	3.186	264.371
Adições	-	29.985	181	252	30.418
Amortização	-	-	(2.945)	(2.756)	(5.701)
Baixas	-	(171.806)	-	-	(171.806)
Transferências (i)	-	-	11.146	-	11.146
Reclassificação	-	(4.051)	-	4.051	-
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	1	42.241	81.453	4.733	128.428
Em 31 de dezembro de 2024					
Custo	1	42.241	92.096	17.103	151.441
Amortização acumulada	-	-	(10.643)	(12.370)	(23.013)
Saldo contábil, líquido	1	42.241	81.453	4.733	128.428
Adições	-	189.713	-	-	189.713
Amortização	-	-	(3.420)	(1.384)	(4.804)
Baixas	-	-	(9.106)	-	(9.106)
Transferências (i)	-	-	11.326	23	11.349
Reclassificação	-	(3.729)	-	3.729	-
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025	1	228.225	80.253	7.101	315.580
Em 31 de dezembro de 2025					
Custo	1	228.225	94.316	20.855	343.397
Amortização acumulada	-	-	(14.063)	(13.754)	(27.817)
Saldo contábil, líquido	1	228.225	80.253	7.101	315.580

(i) Referem-se a valores que estavam classificados como imobilizado em andamento e foram transferidos para o intangível, relativos a direitos de lavra e softwares de TI (conforme nota explicativa 10).

Projetos em desenvolvimento

Os saldos de desenvolvimento de projetos referem-se aos seguintes empreendimentos:

	2025	2024
Exploração e avaliação de recursos minerais - Santa Quitéria	-	682
Exploração e avaliação de recursos minerais - Irecê (i)	214.496	35.141
Outros	13.729	6.418
	228.225	42.241

- (i) A Companhia vem realizando investimentos voltados à implementação de uma nova rota tecnológica na mineradora de Irecê-BA, com foco na otimização do aproveitamento do teor de fósforo presente no minério, por meio do desenvolvimento, adaptação e aplicação de processos produtivos específicos. Esses investimentos abrangem, principalmente, atividades de engenharia de processos, testes industriais, desenvolvimento tecnológico, validação de parâmetros operacionais e adaptação de soluções técnicas voltadas ao beneficiamento mineral, incluindo a aplicação de tecnologia de calcinação mineral, com o objetivo de elevar a eficiência do processo produtivo e a recuperação do fósforo contido no minério. Os valores capitalizados no ativo intangível referem-se exclusivamente às fases de desenvolvimento dos projetos, não incluindo gastos incorridos em fases preliminares de pesquisa. A amortização desses ativos será iniciada a partir do momento em que a rota tecnológica estiver disponível para uso, sendo realizada de forma sistemática ao longo de sua vida útil econômica estimada, revisada periodicamente pela Administração.

Amortização

Em 2025, o montante de R\$4.804 (R\$5.701 em 2024), referente à amortização de direitos de uso de lavra e *software*, foi reconhecido no resultado do exercício nas rubricas Custo, Comercial e Administrativas.

11 Imobilizado

	Terrenos	Edific. e benefit.	Equip. e instal.	Adiant. para fornec.	Veículos	Móveis e utens.	Direito uso dos ativos	Outros	Reforma anual	Total em operação	Imob. em andam.	Imob. total
Em 31 de dezembro de 2023												
Custo	68.323	103.548	170.837	5.364	435	431	127.462	4.737	97.255	578.392	367.218	945.610
Depreciação acumulada	-	(24.071)	(65.847)	-	(278)	(193)	(74.243)	(2.139)	(83.536)	(250.307)	-	(250.307)
Saldo contábil, líquido	68.323	79.477	104.990	5.364	157	238	53.219	2.598	13.719	328.085	367.218	695.303
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	196.871	196.871
Adiant. Fornecedor	-	-	-	67.830	-	-	-	-	-	67.830	-	67.830
Depreciação	-	(5.317)	(31.840)	-	(51)	(87)	(28.756)	(1.256)	(14.704)	(82.011)	-	(82.011)
Baixas	-	-	(2.065)	-	-	-	-	(3)	-	(2.068)	(14.153)	(16.221)
Ajuste Direito Uso do Ativo							(14.604)			(14.604)		(14.604)
Reclassificações	-	5.295	182.873	-	-	478	16.492	1.939	2.956	210.033	(210.033)	-
Transferências (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.146)	(11.146)
Saldo contábil, líquido	68.323	79.455	253.958	73.194	106	629	26.351	3.278	1.971	507.265	328.757	836.022
Em 31 de dezembro de 2024												
Custo	68.323	108.843	351.645	73.194	435	909	129.350	6.673	100.211	839.583	328.757	1.168.340
Depreciação acumulada	-	(29.388)	(97.687)	-	(329)	(280)	(102.999)	(3.395)	(98.240)	(332.318)	-	(332.318)

Demonstrações Financeiras

	Terrenos	Edific. e benefit.	Equip. e instal.	Adiant. para fornec.	Veículos	Móveis e utens.	Direito uso dos ativos	Outros	Reforma anual	Total em operação	Imob. em andam.	Imob. total
Saldo contábil, líquido	68.323	79.455	253.958	73.194	106	629	26.351	3.278	1.971	507.265	328.757	836.022
Aquisições	-	-	745	-	-	-	-	-	-	745	410.790	411.535
Adiant. Fornecedor – Novos pagtos.	-	-	-	168.287	-	-	-	-	-	168.287	-	168.287
Adiant. Fornecedor - baixas	-	-	-	(108.092)	-	-	-	-	-	(108.092)	-	(108.092)
Depreciação	-	(5.935)	(33.782)	-	(38)	(88)	(29.759)	(1.299)	(19.644)	(90.545)	-	(90.545)
Baixas	(12.582)	-	(3.034)	-	-	-	-	(21)	-	(15.637)	-	(15.637)
Reclassificações	1.085	20.217	25.242	-	-	343	43.505	1.303	19.423	111.118	(111.118)	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.349)	(11.349)
Saldo contábil, líquido	56.826	93.737	243.129	133.389	68	884	40.097	3.261	1.750	573.141	617.080	1.190.221
Em 31 de dezembro de 2025												
Custo	56.826	129.060	374.598	133.389	435	1.252	172.855	7.955	119.634	996.004	617.080	1.613.084
Depreciação acumulada	-	(35.323)	(131.469)	-	(367)	(368)	(132.758)	(4.694)	(117.884)	(422.863)	-	(422.863)
Saldo contábil, líquido	56.826	93.737	243.129	133.389	68	884	40.097	3.261	1.750	573.141	617.080	1.190.221

(i) Refere-se a valores que estavam classificados como imobilizado em andamento e foram transferidos para o intangível, sendo que são investimentos em *software* de TI (conforme nota explicativa 10).

Depreciação

Em 2025, o montante de R\$84.500 (R\$79.796 em 2024) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado do exercício na rubrica “Custo dos produtos vendidos”, R\$6.045 (R\$7.901 em 2024) em despesas administrativas.

Capitalização de Juros sobre Empréstimos

A Companhia capitalizou juros sobre empréstimos, em 2025, no montante de R\$18.851 (R\$5.073 em 2024) para os projetos de ativos em desenvolvimento, conforme os critérios adotados pelo CPC 20 — custos de empréstimos.

Imobilizado em andamento

Os principais saldos de imobilizado em andamento em 31 de dezembro de 2025 referem-se, principalmente a:

- (a) investimentos em modernização de máquinas para ampliação da produção e aumento da vida útil no valor de R\$451.166, sendo R\$371.903 na unidade de Luís Eduardo Magalhães–BA e R\$79.263 na unidade de Angico dos Dias-BA da FOSNOR;
- (b) investimentos em dispositivos de segurança em máquinas e equipamentos, bem como equipamentos para redução da emissão de poluentes, no valor de R\$16.204, sendo R\$8.413 na filial Luís Eduardo Magalhães–BA e R\$7.791 na unidade de Angico dos Dias-BA da FOSNOR;
- (c) investimentos em novos projetos no valor de R\$22.670, sendo R\$18.608 na Fazenda TAC-BA e R\$4.602 na Fazenda Pimenteiras–BA.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía ativos imobilizados cedidos em garantia a qualquer atividade financeira ou operacional.

Redução ao valor recuperável (*impairment*) do imobilizado

Em 2025, a Companhia não identificou indicativos de não recuperação do valor dos bens do ativo imobilizado que não estejam gerando benefícios futuros para a Companhia.

12 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de fornecedores corresponde a títulos com vencimentos em até 30 dias, sendo composto da seguinte forma:

	2025	2024
Contas a pagar aos fornecedores		
Fornecedores no país	102.650	51.362
Fornecedores no exterior	1.476	309
	104.126	51.671

13 FINIMP

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui operações de Financiamento de Importação ("FINIMP,") no intuito de obtenção de linha de crédito mais vantajosa nas importações de matéria-prima para otimização do capital circulante líquido, conforme demonstrado:

	2025	2024
FINIMP SANTANDER	-	14.829
FINIMP BB	-	9.412
FINIMP ITAÚ	37.472	-
FINIMP CITIBANK	152.160	23.073
FINIMP BV	15.119	-
	204.751	47.314

14 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Moeda	Ano vencimento	2025	2024
Financiamento de materiais (FINAME)	R\$	2028	16.667	104.609
Empréstimo bancário para investimentos	R\$	2028	27.100	-
Financiamento para novos projetos	R\$	2034	717.606	210.000
			761.373	314.609
Passivo circulante			43.767	104.609
Passivo não circulante			717.606	210.000

A Companhia possui um financiamento incentivado pelo Governo Federal, por meio da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), concedido em condições diferenciadas para a implementação de novos projetos, especificamente para o desenvolvimento da inovação no processo de calcinação na unidade de Irecê-BA e no desenvolvimento de nova linha de produção de fertilizantes granulados na unidade de Luís Eduardo Magalhães-BA.

O financiamento visa fomentar investimentos estratégicos em modernização e expansão das operações, promovendo ganhos de eficiência produtiva e sustentabilidade das operações. As condições incluem taxas de juros reduzidas e prazos estendidos, alinhados às diretrizes de incentivo ao setor mineral e à inovação tecnológica.

A taxa média de custo dos empréstimos em 2025 foi de 9,57% a.a.

Durante o exercício de 2025, foram captados R\$625.918 (R\$345.000 em 2024), sendo reconhecidos R\$185.332 (R\$258.506 em 2024) como pagamentos, e o equivalente a R\$42.706 (R\$23.939 em 2024) como provisão de juros, variação monetária e variação cambial. Foram pagos R\$36.528 (R\$18.633 em 2024) de juros, dos quais foram capitalizados R\$18.851 (R\$5.073 em 2024), conforme norma do CPC 20.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui ativos imobilizados cedidos em garantia a qualquer atividade financeira ou operacional.

Cláusulas contratuais

A Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas contratuais de todos os contratos de empréstimos e financiamentos.

15 Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía nenhuma posição em aberto com instrumentos financeiros derivativos.

16 Arrendamento mercantil

Contrato	2025				2024			
	Aquisições e baixas	(-) Pagamentos	Atualização financeira	Valor atual	Aquisições e baixas	(-) Pagamentos	Atualização financeira	Valor atual
Fazenda Novo Triunfo	-	(188)	29	293	-	180	36	452
Casa Caracol-PI	-	(23)	3	38	-	(22)	4	58
Locação de veículos	-	(89)	-	-	-	(125)	6	89
Equiptos. para movimentação Angico	-	-	-	-	(19.081)	(8.000)	-	-
Locação de veículos	-	-	-	-	-	-	-	-
Equiptos. para movimentação Angico	37.148	(33.128)	3.506	30.707	-	(14.619)	1.057	23.181
Locação de servidores virtuais	-	(3.083)	1.036	3.689	-	(2.651)	1.204	5.736
Locação escritório São Paulo	-	(977)	338	1.736	-	(923)	423	2.375
Locação veículos ADM	-	-	-	-	-	-	-	-
Locação veículos LEM e UMA	1.559	(1.629)	1	-	-	(558)	53	69
Locação equiptos. TI	-	-	-	-	-	(679)	71	-
Locação impressoras e equiptos. TI	-	-	-	-	-	(300)	40	-
Locação equiptos. e firewall	-	-	-	-	-	(155)	13	-

Demonstrações Financeiras

Contrato	2025				2024			
	Aquisições e baixas	(-) Pagamentos	Atualização financeira	Valor atual	Aquisições e baixas	(-) Pagamentos	Atualização financeira	Valor atual
Galpões para armazenagem	4.705	(2.944)	795	3.770	2.131	(1.205)	288	1.214
Carros presidência e diretoria	86	(257)	16	-	314	(198)	39	155
Servidores nuvem TI	7	(317)	131	1.035	1.323	(266)	157	1.214
Equipamentos para unidade de LEM	-	(5.349)	1.146	4.270	12.086	(5.400)	1.787	8.473
	43.505	(47.984)	7.001	45.538	(3.227)	(35.281)	5.178	43.016
Passivo circulante				(37.240)				(35.498)
Passivo não circulante				8.298				7.518

No passivo de arrendamento são registrados os contratos de arrendamento, conforme seu valor presente (nota 2.16) atualizado até a data do balanço, com o registro das baixas por pagamentos e acrescidos por atualização monetária. Ao final do contrato, o valor de arrendamento do passivo deverá estar zerado, caso não haja renovação do contrato.

17 Adiantamentos de clientes e faturamentos antecipados

	2025	2024
Adiantamentos de clientes	36.615	19.269
Faturamentos antecipados (i)	50.588	83.667
	87.203	102.936

- (i) O faturamento antecipado é a operação efetuada com pessoas físicas e jurídicas, no qual há a emissão da nota fiscal de venda para entrega futura e recebimento antecipado pela Companhia.

A receita de vendas correspondente é reconhecida contabilmente no resultado do exercício em que ocorrer a entrega efetiva da mercadoria. Conforme o cronograma de entrega para clientes, o saldo registrado a título de “adiantamentos de clientes”, em 31 de dezembro de 2025, deverá ser realizado ao longo do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2026.

18 Provisões de contingências para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e ambientais

- a. Na data-base das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências passivas com probabilidade de perda provável.

	Depósitos judiciais		Provisões para riscos		Provisões para riscos (líquido)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Trabalhistas e previdenciárias	121	102	2.581	2.638	2.460	2.536
Cíveis	-	-	1.155	195	1.155	195
Total	121	102	3.736	2.833	3.615	2.731
Menos: depósitos judiciais	-	-	(121)	(102)	-	-
Provisão para contingências líquidas	-	-	3.615	2.731	-	-

Em 31 de dezembro de 2025, conforme demonstrado na nota explicativa 9, a Companhia possuía depósitos judiciais não relacionados a contingências passivas provisionadas no montante de R\$1.954 (R\$1.537 em 2024). Os depósitos judiciais relacionados a contingências passivas provisionadas estão incorporados nessa nota, no montante de R\$121 (R\$101 em 2024).

b. Natureza dos riscos

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e previdenciários, ambientais, cíveis e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais.

As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparadas pela opinião de seus consultores jurídicos externos e internos.

c. A movimentação das provisões de contingências com probabilidade de perda provável no exercício de 2025 e 2024 está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Em 1º de Janeiro	2.833	2.420
Adições e reversões	3.471	2.212
Baixas por pagamento	(2.955)	(2.302)
Atualizações a maior	387	503
Em 31 de dezembro	3.736	2.833

d. Passivos contingentes com probabilidade de perda possível

A Companhia tem ações de natureza tributária, cível, trabalhista, previdenciária, administrativa e ambiental, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2025	2024
Tributárias (i)	22.235	31.959
Cíveis	1.650	4.018
Trabalhistas e previdenciários	11.363	2.478
Administrativas e ambientais	1.999	1.734
	37.247	40.189

- (i) Os processos tributários em 31 de dezembro de 2025 referem-se, principalmente, à(ao):
- (a) Secretaria da Receita Federal do Brasil, no valor de R\$3.429, exigência de suposto imposto de importação e multa, referente à classificação divergente da NCM;
- (b) Secretaria da Receita Federal do Brasil, no valor de R\$3.842, exigência de suposto ITR e imposição de multa referente aos anos de 2013 e 2014;
- (c) Secretaria do Estado da Bahia, no valor de R\$2.514, referentes à suposta ausência de recolhimento de ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais e ao suposto uso indevido de crédito fiscal de ICMS referente à aquisição de material para uso e consumo do estabelecimento nos períodos de 2021 e 2022;
- (d) Estado da Bahia, no valor de R\$3.369, referente ao suposto descumprimento de obrigações acessórias relacionadas ao ICMS.

19 Provisão para desmobilização de ativos

	2025	2024
Provisão desmobilização Angico dos Dias	30.649	26.509
Provisão desmobilização Irecê	12.482	11.559
Total de provisão – passivo não circulante	43.131	38.068

A Companhia constitui provisão para desmobilização das unidades mineradoras de Irecê–BA e Angico dos Dias–BA, sendo que esses gastos ocorrerão no futuro, quando as respectivas unidades mineradoras estiverem no estágio final de exaustão, ao final do período de concessão.

Esses gastos visam restaurar os danos causados ao meio ambiente pelas minas e incluem também gastos com pesquisa sobre os impactos nas regiões exploradas e nas comunidades locais. Compreendem basicamente o custo de desmonte e reconstituição do meio ambiente.

A provisão para desmobilização de ativos é estimada com base na expectativa de valores a serem desembolsados no estágio final de exaustão ou desativação das unidades mineradoras, sendo atualizada anualmente, com base na estimativa de inflação para o período. A provisão é apresentada ao valor presente na data de elaboração das demonstrações financeiras, calculado pela aplicação de uma taxa de desconto livre de risco de, aproximadamente, 6% ao ano.

20 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A composição dos saldos, por natureza, é conforme segue:

	2025	2024
Imposto de renda e contribuição social ativos		
Amortização arrendamentos (CPC 06)	44.886	34.768
Provisão para participação nos lucros e resultados	4.716	3.996
Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e ambientais	1.232	926
Atualização e depreciação da desmobilização de ativos	9.890	8.136
Ajuste a valor presente de contas a receber	332	533
Prejuízo fiscal	5.482	-
Outras diferenças temporárias ativas	1.274	997
	67.812	49.356
Imposto de renda e contribuição social passivos		
Ganhos com variação cambial não realizados em caixa	320	210
Atualização financeira arrendamentos (CPC 06)	(38.052)	(27.624)
Juros capitalizados	(8.464)	(2.055)
	(46.196)	(29.469)
Imposto de renda diferido ativo, líquido	21.616	19.887

A movimentação líquida da conta de imposto de renda diferido é a seguinte:

	2025	2024
Em 1º de janeiro	19.887	17.706
Aumento (redução) por movimentação nas diferenças temporárias	(3.753)	2.181
Constituição (redução) de prejuízos fiscais	5.482	-
	21.616	19.887

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social era de R\$790.021, correspondente a 800.700.083 ações ordinárias nominativas.

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social.

Seu objetivo é assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c. Reserva para incentivos fiscais

Constituída segundo o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei n.º 11.638, de 2007), essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado do exercício, e a ela destina-se a partir da conta de reserva para retenção de lucros.

Esses incentivos não integram a base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório, podendo ser utilizados somente para compensação de prejuízo fiscal ou incorporação do capital social da Companhia, mediante aprovação dos acionistas em Assembleia. Os valores destinados à reserva para incentivos fiscais, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão descritos na nota explicativa 21.

d. Dividendos propostos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, foi calculada nos termos da Lei e de acordo com o percentual de 25%, previsto no estatuto social da Companhia, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197 da Lei das Sociedades por Ações.

Os valores dos dividendos mínimos obrigatórios, propostos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, são conforme seguem:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	109.904	67.882
(-) Reserva de incentivos fiscais	(41.455)	(27.777)
Lucro para constituição da reserva legal	68.449	40.105
(-) Constituição da reserva legal	(3.423)	(2.005)
Lucro base para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios	65.026	38.100
Dividendos mínimos obrigatórios propostos - 25%	16.257	9.525

Os acionistas deliberaram, por meio de AGO, em 28 de abril de 2025, uma distribuição de dividendos extraordinária para retirada da reserva de lucros anteriores, resultando em pagamento de dividendos adicionais de R\$12.402.

e. Reserva para retenção de lucros

Conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia, o lucro remanescente, após distribuição de dividendos, terá destinação determinada pela Assembleia Geral, geralmente com aprovação para destinação na reserva para retenção de lucros, visando sustentar os planos orçamentários e de expansão da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia destinou o valor de R\$65.026 (R\$38.099 em 2024) para constituição da Reserva para retenção de lucros.

22 Incentivos fiscais - subvenção para investimentos

A Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na comercialização de produtos do complexo localizado no município de Luís Eduardo Magalhães–BA, pelo cálculo do lucro da exploração e pelo programa de reinvestimentos, concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Também desfruta de incentivos fiscais de ICMS, conforme Protocolo de Intenções, firmado em 10 de maio de 2016, entre a GICS, o Estado da Bahia e a Resolução 36/2016, transferido para a Fosnor, através da resolução 162/2018, em 18 de dezembro de 2018.

A Companhia passou a usufruir do benefício do Desenvolve, conforme instituído pela Lei n.º 7.980/2001 e Regulamentada pelo Decreto n.º 8.205/2002. As naturezas e os montantes, reconhecidos aos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 estão indicados a seguir:

	2025	2024
ICMS incentivado sobre vendas - Desenvolve	14.793	11.189
IRPJ incentivado - lucro da exploração	24.922	16.589
IRPJ Incentivado – reinvestimento	1.740	-
	41.455	27.778

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, os valores apurados referentes aos incentivos fiscais, no montante de R\$41.455 (R\$27.778 em 2024), foram destinados à reserva de incentivos fiscais.

Atualmente, os benefícios fiscais da Companhia possuem vencimentos distintos, sendo acompanhados para garantir sua renovação e o cumprimento de todos os requisitos legais para manutenção. O incentivo “Desenvolve” possui vencimento em 31 de dezembro de 2032, enquanto o benefício “Lucro da Exploração” se encerra em 31 de dezembro de 2031.

A partir de 1º de janeiro de 2024, entrou em vigor a Lei n.º 14.789, de 29 de dezembro de 2023, que alterou as diretrizes para a tributação de incentivos fiscais concedidos pelos estados da Federação. Em função dessa mudança legislativa, a Companhia ajustou a utilização dos incentivos fiscais conforme os novos parâmetros estabelecidos.

Essa adequação resultou em uma alteração na alíquota efetiva de impostos, além da incidência de PIS e COFINS sobre os benefícios fiscais, o que gerou um aumento no imposto corrente da Companhia em relação aos valores registrados em exercícios anteriores.

23 Receita líquida de venda

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2025	2024
Vendas brutas de produtos	1.479.222	1.239.446
Impostos e outras deduções de vendas	(123.030)	(97.465)
Incentivos fiscais ICMS (i)	14.793	9.912
Receita líquida	1.370.985	1.151.893

- (i) Em 2024, devido à Lei nº 14.789, o benefício fiscal do Desenvolve passou a ser tributado pelo PIS e COFINS. Desta forma, o ganho do benefício fiscal no resultado foi apresentado líquido de impostos.

24 Custos e despesas por natureza

	2025	2024
Matérias-primas e materiais de produção	(706.281)	(583.340)
Serviços de terceiros e gerais	(271.009)	(247.911)
Pessoal	(151.959)	(109.822)
Provisão participação nos lucros e resultados - PLR	(755)	(5.711)
Depreciação e amortização	(93.895)	(85.949)
Outras	(9.722)	(4.995)
Custo total dos produtos vendidos, despesas com vendas e despesas administrativas	(1.233.621)	(1.037.728)
Classificados como:		
Custo dos produtos vendidos	(1.171.529)	(985.616)
Despesas com vendas	(9.264)	(7.615)
Despesas administrativas	(52.828)	(44.497)
	(1.233.621)	(1.037.728)

25 Outras despesas

	2025	2024
Resultado baixa Santa Quitéria	-	(65.232)
Provisão participação nos lucros e resultados – PLR	(1.360)	(1.292)
Constituição (reversão) de provisão de riscos	(2.947)	(1.387)
Depreciação e amortização	(1.454)	(1.763)
Doações a entidade assistencial - Instituto Lina Galvani	(1.989)	(1.363)
Honorários advocatícios	(725)	(2.619)
Baixas Imobilizado	(46)	4.545
Outras perdas, líquidas	(11.985)	(2.750)
	(20.506)	(71.861)

26 Resultado financeiro líquido

	2025	2024
Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(3.616)	(6.142)
Juros s/ empréstimos	(42.706)	(16.220)
Juros capitalizados (nota 14)	18.851	5.073
Juros sobre contas a pagar	(6.443)	(2.617)
Perdas com operações de SWAP e NDF	-	(995)
IOF	(2.037)	(661)
Tarifas bancárias	(1.016)	(1.448)
Atualização monetária de arrendamentos	(7.001)	(5.178)
Atualização monetária de contingências	(368)	(141)
Atualização monetária de desmobilizações	(3.034)	(4.161)
	(47.370)	(32.490)
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	142	507
Juros de recebimentos em atraso ou renegociações	2.231	8.605
Rendimento de aplicações financeiras	28.939	41.890
Juros embutidos no preço das vendas a prazo	29.587	11.105
Ganho com operações de SWAP e NDF	-	163
	60.899	62.270
Ganhos e perdas		
Perda cambial	(17.345)	(8.317)
Ganho cambial	14.086	7.799
Ganho (perda) cambial líquida	(3.259)	(518)
Resultado financeiro líquido	10.270	29.262

27 Despesa de imposto de renda e contribuição social

O imposto sobre o lucro difere do valor teórico, que seria obtido com o uso da alíquota média ponderada, aplicável aos lucros da Companhia, como segue:

	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	127.128	71.566
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(43.224)	(24.332)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Efeito dos incentivos fiscais	26.662	16.589
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	(662)	4.059
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(17.224)	(3.684)
Corrente	(18.953)	(5.865)
Diferido	1.729	2.181
	(17.224)	(3.684)
Alíquota efetiva do Imposto de Renda e da Contribuição Social	13,55%	5,15%

28 Transações com partes relacionadas

	Despesas adm. 2025	Despesas adm. 2024
Adiantamentos de acionista (NE 16)	589	3.599
Mantiqueira Participações S.A. (acionista)	2.191	1.996
Trig Participações Ltda. (coligada)	1.310	1.283
Galvani Locação de Equipamentos de Engenharia Ltda. (coligada)	163	1.996
	4.253	6.878

Natureza das transações

Os saldos mantidos com partes relacionadas são referentes à prestação de serviços de engenharia e consultoria financeira.

Os preços das transações e termos de vencimento seguem condições específicas definidas entre as partes.

Remuneração da administração

A administração é composta pelo Conselho de Administração e Diretoria. A remuneração global por esses serviços, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, é de R\$13.048 (R\$9.848 em 2024).

29 Gestão de risco financeiro

29.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros); risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca mitigar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, podendo para isso valer-se do uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a. Risco de mercado

(i) Risco cambial

O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

Apesar de suas operações serem basicamente locais, a Companhia está exposta a certos riscos cambiais, decorrentes de exposições com relação ao dólar dos Estados Unidos da América. As exposições da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão assim demonstradas:

	2025		2024	
	Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
Ativo				
Contas a receber em USD	2.504	13.529	4.379	24.529
Passivo				
Fornecedores terceiros em USD	(37.479)	(205.026)	(6.788)	(38.824)
Exposição líquida	(34.975)	(191.497)	(2.409)	(14.295)

Para se proteger da exposição de passivos denominados em moeda estrangeira, a Companhia faz o acompanhamento constante das variações de câmbio para traçar estratégias, sobretudo comerciais, que amenizam o risco cambial.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Companhia não tem ativos e passivos significativos, em que incidam juros variáveis, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos. As aplicações financeiras e empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa (CDI e TJLP). Os empréstimos, emitidos a taxas fixas, expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

b. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em estudos e classificações internas e externas. A utilização dos limites de crédito é monitorada regularmente pela administração. Ademais, a Companhia conta com seguro de crédito para se resguardar de possíveis perdas.

c. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa futuro é realizada pelo departamento de finanças da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da empresa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis.

Essa previsão considera os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas e cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos “passivos financeiros” da Companhia, sendo elaborada conforme os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Passivos financeiros	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano, inferior a 3 anos	Superior a 3 anos	Total dos fluxos de caixa 31/12/2025	Valor 31/12/2024
Fornecedores	104.126	-	-	-	104.126	51.671
FINIMP	-	204.751	-	-	204.751	62.028
Empréstimos e financiamentos	-	43.767	-	717.606	761.373	389.609
Provisão desmobilização	-	-	-	43.131	43.131	118.701
Arrendamento mercantil	-	37.240	8.298	-	45.538	49.803
Outros passivos	3.607	-	-	-	3.607	3.184
Total	107.733	285.758	8.298	760.737	1.162.526	674.996

Passivos financeiros	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano, inferior a 3 anos	Superior a 3 anos	Total dos fluxos de caixa 31/12/2024	Valor 31/12/2023
Fornecedores	51.671	-	-	-	51.671	67.679
FINIMP	-	62.028	-	-	62.028	4.446
Empréstimos e financiamentos	-	104.609	-	285.000	389.609	217.737
Provisão desmobilização	-	-	-	118.701	118.701	32.641
Arrendamento mercantil	-	36.067	13.736	-	49.803	76.346
Instrumentos financ. derivativos	-	-	-	-	-	1.470
Outros passivos	3.184	-	-	-	3.184	5.153
Total	54.855	202.704	13.736	403.701	674.996	405.472

29.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar sua continuidade operacional para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora sua estrutura de capital com base no uso de índices de alavancagem financeira. O principal índice corresponde à dívida líquida, expressa como percentual do capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, FINIMPs e arrendamento mercantil (conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são assim sumarizados:

	2025	2024
Total empréstimos e financiamentos (Nota 13)	761.373	314.609
FINIMP (Nota 11)	204.751	47.314
Total arrendamento mercantil (nota 15)	45.538	43.016
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(286.228)	(337.821)
Dívida (ativo financeiro) líquida	725.434	67.118
Total do patrimônio líquido	1.253.829	1.172.583
Total do capital	1.979.263	1.239.701

29.3 Análises de sensibilidade

Análise de sensibilidade sobre o risco cambial

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos a variações nas taxas de câmbio. Para fins de análise de sensibilidade, a administração adotou como um cenário possível a taxa de câmbio do dólar americano de R\$5,5024.

O cenário considerou uma variação (aumento ou redução) de 10% (cenário I), uma variação (aumento ou redução) de 25% (cenário II) e uma variação (aumento ou redução) de 50% (cenário III).

Instrumento financeiro	Cenário provável	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		10%	-10%	25%	-25%	50%	-50%
Cotação do dólar americano	5,5024	6,0526	4,9522	6,8780	4,1268	8,2536	2,7512
Ativos e passivos operacionais, denominados em moeda estrangeira exposição líquida	(34.976)	19.245	(19.245)	48.113	(48.113)	96.225	(96.225)
Impacto no resultado	(34.976)	19.245	(19.245)	48.113	(48.113)	96.225	(96.225)

Valor nominal			
Efeito em milhares de reais		2025	2024
Instrumentos com taxa de juros pós-fixada			
Caixa e equivalentes de caixa		281.948	310.970
Contas a receber de clientes		55.417	75.602
FINIMPs		(204.751)	(47.314)
Empréstimos e financiamentos		(761.373)	(314.609)
Passivo do arrendamento		(45.538)	(43.016)
Total da exposição líquida		(674.297)	(18.367)
Taxa provável do CDI	14,32%	(96.959)	10,88% (1.998)
Crescimento de 25%	17,90%	(120.699)	13,60% (2.498)
Crescimento de 50%	21,48%	(144.839)	16,32% (2.997)
Redução de 25%	10,74%	(72.419)	8,16% (1.499)
Redução de 50%	7,16%	(48.280)	5,44% (999)

29.4 Estimativa do valor justo

A administração considera que os saldos contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores, empréstimos e financiamentos, menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa, estejam próximos de seus valores justos.

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão mensurados ao valor justo no fim do período de relatório.

A Companhia adota como nível de hierarquia do valor justo o nível 2, determinado com base nos fluxos de caixa futuros estimados com base nas taxas de câmbio a termo (taxas de câmbio a termo observáveis no fim do período de relatório) e taxas a termo contratadas, descontadas a uma taxa que reflete o risco de crédito de várias contrapartes.

30 Instrumentos financeiros por categoria

A seguir, realizamos a classificação dos instrumentos financeiros da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas.

Na tabela, podem-se conferir os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo seus níveis na hierarquia do valor justo.

Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

a. Ativos e passivos financeiros

	Classificação	Saldo contábil	
		2025	2024
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	286.228	337.821
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	Custo amortizado	55.417	75.602
Outros ativos	Custo amortizado	13.421	11.019
		355.066	424.442
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Arrendamento mercantil	Custo amortizado	(45.538)	(43.016)
Fornecedores	Custo amortizado	(104.126)	(51.671)
FINIMP	Custo amortizado	(204.751)	(47.314)
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	(761.373)	(314.609)

	Classificação	Saldo contábil	
		2025	2024
Provisão desmobilização	Custo amortizado	(43.131)	(38.068)
Dividendos a pagar	Custo amortizado	(16.257)	(9.525)
Outros passivos	Custo amortizado	(3.607)	(3.184)
		(1.178.783)	(507.387)

31 Benefícios a empregados

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, como licença por tempo de serviço e benefícios por tempo de serviço.

O plano de saúde atual oferecido, com coparticipação do empregado, não gera passivo para a empresa após a saída do colaborador.

A Companhia provê aos seus empregados os benefícios de assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, vale-transporte e programa de participação nos lucros, sendo este último distribuído consoante os critérios preestabelecidos, como metas individuais e coletivas atingidas.

Os gastos com esses benefícios, reconhecidos em 2025, foram de R\$76.554 (R\$59.646 em 2024).

A Companhia possui um benefício de longo prazo calculado para seus diretores e presidente, chamado ILP (Incentivo de Longo Prazo), que estabelece uma remuneração variável mediante metas de crescimento dos índices de mercado da Companhia, sendo calculado nos chamados períodos de “outorga”, ficando o benefício acumulado, em 2025, no montante de R\$562 (R\$375 em 2024).

32 Compromissos

Compromissos de compra com fornecedores

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía compromissos de compra de estoques correspondentes a 80 mil toneladas de TSP, com preço fixado equivalente a R\$3.162 por tonelada para a safra de 2025/2026.

Compromissos de venda com clientes

- Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía compromissos para o fornecimento de aproximadamente 20.652 mil toneladas de fertilizantes e químicos aos seus clientes, mediante contratos de compra e venda a preços e volumes predeterminados.

O valor contratual desses compromissos é de, aproximadamente, R\$32 milhões.

33 Transações não caixa

A Companhia realizou operações de investimento e de financiamento que não têm impacto direto sobre os fluxos de caixa correntes, muito embora afetem a estrutura de capital e de ativos da Companhia. A exclusão de transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa da demonstração dos fluxos de caixa é consistente com o objetivo da referida demonstração, visto que tais itens não envolvem fluxos de caixa no período corrente.

Transação	
31/12/2025	
Adição de novos contratos de arrendamento	43.505
Capitalização de juros sobre empréstimos e financiamentos	18.851
Fornecedores a pagar nos exercícios seguintes	(10.814)
Total transações não caixa	51.542

34 Cobertura de seguros

A Companhia transfere a terceiros, através da contratação de seguros, os riscos que, na ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem significativamente o patrimônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais. O valor da cobertura contratada é avaliado pela Administração da Companhia, apoiado em informações de consultores de seguro, e por ela considerado compatível com seu porte operacional. As coberturas em 31 de dezembro de 2025 eram:

	Limite máximo cobertura	
	2025	2024
Incêndio, raio, explosão, danos elétricos, equipamentos e lucros cessantes	416.000	341.000
Responsabilidade Civil	45.000	45.000
	461.000	386.000

35 Eventos Subsequentes

Em 2 de janeiro de 2026, a Companhia captou R\$100 milhões junto a instituições financeiras para financiar seus investimentos e fazer frente aos seus compromissos.